

Linha do tempo dos ataques recentes à autonomia universitária



As universidades estaduais paranaenses sempre sofreram ameaças e ataques à sua autonomia. Apresentamos uma linha do tempo que ajuda a reconstruir os principais episódios ocorridos desde 2012, reforçando a importância da luta em defesa da autonomia universitária.

O governo estadual inicia a publicação de leis que atingem a autonomia financeira e patrimonial das IEES, exigindo sua adesão ao Sistema Meta4 para centralizar a administração de pessoal.

2012

A greve exige a retirada da proposta de autonomia do governo. O acordo garante nomeações, a saída da UENP e da UNESPAR do Meta4 e o fim da comissão sobre autonomia, mas é posteriormente descumprido pelo governo Beto Richa.

2015

O Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público retoma sua articulação. Os Conselhos Universitários divulgam a Carta de Londrina e deliberam pela não entrega dos dados da folha de pagamentos, mas quatro reitorias já haviam encaminhado as informações ao governo.

2017

Ocorrem os I e II Seminários Estaduais sobre a Lei Geral das Universidades (LGU).

2019



A Lei Geral das Universidades (Lei nº 20.933/2021) é aprovada em regime de urgência, durante a pandemia, sem diálogo com a comunidade universitária.

2021

A SETI encaminha o Ofício nº 96/2023, listando diversos cursos em risco de fechamento com base na métrica de "eficiência" da LGU, medida pela relação entre o número de docentes e estudantes.

2023

TJPR declara parcialmente inconstitucional a LGU: vitória para a autonomia ao derrubar restrições ao TIDE e a imposição de carga horária mínima para docentes com contratos temporários, mas a decisão mantém a centralização financeira e a redução do quadro de pessoal.

2025

2014

Em dezembro de 2014, o governo Beto Richa propõe um "pacotão" que inclui uma proposta de autonomia universitária. Em vez de fortalecer as IEES, a medida previa uma brusca redução do quadro de pessoal, sinalizando o início de uma lógica de privatização parcial por meio do enxugamento da estrutura universitária.

2016

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) questiona a carreira docente ao interpretar o TIDE como gratificação, interrompendo processos de aposentadoria.

2019

O governo Ratinho Júnior apresenta a primeira versão da Lei Geral das Universidades (PLC 04/2019). Após intensa mobilização da comunidade universitária e a realização de seminários em todo o estado, o projeto é retirado temporariamente de tramitação.

2020

Entidades sindicais alertam que a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) abre caminho para a privatização parcial dos serviços públicos, ampliando terceirizações, precarizando o trabalho e comprometendo a qualidade dos serviços.

2022-2023

Sob a vigência da LGU, o orçamento destinado ao pessoal sofre redução significativa, ficando 17% abaixo do registrado em 2016. A lei também elimina 745 vagas docentes no sistema estadual.

2024

Realização do III Seminário Estadual em Defesa da Autonomia Universitária, que aponta a LGU como inconstitucional, destacando que 47 de seus artigos são questionados em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) por comprometerem o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2026

Implantação efetiva do Meta4 na UEL e nas demais universidades que ainda utilizavam sistemas próprios.

Os ataques apresentados mostram que a autonomia universitária é resultado de uma disputa permanente.

Conhecer essa trajetória fortalece nossa capacidade de responder coletivamente aos desafios e ataques.

